

A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO: breves considerações

LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL PROCESO HISTÓRICO BRASILEÑO: breves consideraciones

Jodenir Calixto Teixeira¹

RESUMO: O estudo da questão agrária na atualidade não deve prescindir de uma análise histórica, para se ter uma visão mais ampla do processo de formação agrária do país e propiciar um entendimento das relações que se processaram, ao longo da história, e que, de alguma forma, ajudam a explicar a situação atual. Durante o processo de produção do espaço agrário brasileiro sempre houve um domínio do latifúndio monocultor, mantendo uma estrutura exploratória, beneficiando pequena parte da população, a elite, em favor da exploração da maior parte dos trabalhadores do campo. Esse texto pretende realizar um resgate dos principais fatos históricos que contribuíram para a formação econômica brasileira, analisando-os de forma sucinta. Para tanto, foram utilizados importantes autores que deram suas contribuições para o entendimento da questão agrária no país, tais como, Caio Prado Júnior, José de Souza Martins, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVES: questão agrária, território brasileiro, agricultura, latifúndio, exploração

RESUMEN: El estudio de la cuestión agraria hoy no debe prescindir de un análisis histórico, para tener una visión más amplia del proceso de formación agraria del país y facilitar la comprensión de las relaciones que estaban avanzando a lo largo de la historia, y que, de alguna manera ayudan a explicar la situación actual. Durante el proceso de producción del espacio agrario brasileño siempre ha tenido un dominio del latifúndio monocultor, manteniendo una estructura de explotación, beneficiando una pequeña proporción de la población, la élite a favor de la explotación de la mayoría de los trabajadores rurales. Este texto se propone llevar a cabo un rescate importante de los hechos históricos que contribuyeron en la formación de la economía brasileña y analizarlos de manera sucinta. Para esto, hemos utilizado los autores que han hecho sus contribuciones a la comprensión

¹ Professor Assistente do curso de Geografia do CPNA/UFMS Email: jodenir.teixeira@ufms.br

del problema de la tierra en el país, tales como Caio Prado Júnior, José de Souza Martins, entre otros.

PALABRAS CLAVE: Cuestión agraria, territorio brasileño, la agricultura, latifundismo, explotación.

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro passou por importantes mudanças ao longo da história do país. No entanto, observa-se que desde a colonização brasileira até o século XX e, de certa forma, até o momento atual, as políticas agrícolas favoreceram a elite do campo e contribuíram para a expansão e consolidação do latifúndio.

Diante das transformações ocorridas, os estudos agrários adquiriram cada vez mais importância, proporcionando o entendimento da questão agrícola no Brasil. Trabalhos que abordam amplas porções do espaço brasileiro até aqueles que abordam porções menores, como os estudos de caso, têm sido de fundamental importância para as nossas reflexões.

Assim, o presente texto tem como objetivo principal resgatar a história econômica do Brasil, desde a sua colonização até a década de 1960, resumindo os principais fatos que contribuíram para a formação econômica do país. Como justificativa do recorte temporal, entendo que a partir da referida década, a economia brasileira tomou novos rumos e o setor agrário passou por modificações importantes que vão desde a modernização conservadora até a intensificação dos movimentos sociais em busca de uma melhor distribuição de terras. Esses fatos requerem novas formas de análise.

O resgate histórico nos ajuda a entender a conjuntura agrária atual e os fatos que contribuíram para esse encaminhamento, analisando sucintamente os

acontecimentos que marcaram a história do país antes da implantação do processo de modernização da agricultura.

A HISTÓRIA AGRÁRIA BRASILEIRA: DA COLONIZAÇÃO AO INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SÉCULO XX

A colonização brasileira apresentou características exploratórias desde o seu início, com a apropriação da terra e o extermínio dos indígenas. Segundo Graziano Neto (1985), a primeira apropriação da terra fez-se no sentido de explorar as florestas, o que ocorreu pelo fato de não encontrarem inicialmente o ouro tão desejado pelos portugueses.

Presente em extensa faixa da costa brasileira, o pau-brasil foi amplamente explorado, visto produzir uma substância corante empregada na tinturaria. Essa madeira foi, ao longo do século XVI, grandemente explorada por portugueses e franceses, o que redundou na devastação de parte das florestas litorâneas.

Para essa atividade era comum o uso da força de trabalho indígena, em troca de objetos de pouco valor econômico, como canivetes, tecidos, peças de vestuário, facas, entre outros. Assim, obtinham um lucro considerável, pois a madeira alcançava bons preços na Europa.

Prado Júnior (1987), salienta que a atividade extrativa do pau-brasil não originou um núcleo de povoamento, pois na medida em que ocorria a extração, os colonizadores se deslocavam para outras áreas em busca de mais madeiras, até a sua quase total extinção.

Esse mesmo autor ressalta que foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil: *Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu o seu interesse* (PRADO JÚNIOR, 1987, p.27).

Com a extinção do pau-brasil foi necessário criar outro gênero que tivesse aceitação no mercado europeu e garantisse lucro, assegurando, também, a posse do território. A melhor opção foi a produção de açúcar, produto raro e escasso, de grande aceitação na Europa. Com a implantação da economia açucareira no Brasil, foi lançada a “pedra inaugural” da agricultura brasileira (GRAZIANO NETO, 1985).

Inicialmente a produção se concentrou na faixa litorânea, pelo fato da colonização do país se iniciar a partir dessa região, começando assim a exploração agrícola no território brasileiro.

Conforme destaca Prado Júnior (1987, p. 32):

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que eram numerosos e pacíficos no litoral.

Segundo Moreira (1990), a amarração do modo de organização do espaço agrário brasileiro iniciou-se a partir da Lei das Sesmarias, que regula juridicamente a repartição das terras. Com essa lei o acesso a terra passou a ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tinha cada senhor. Assim, fica excluída do acesso a terra a maioria da população.

Com isso, dividiu-se o território brasileiro em treze grandes faixas a partir do litoral, que receberam o nome de capitânicas hereditárias e foram doadas a fidalgos da coroa, com plenos poderes de domínio nessas terras.

As “plantations”, que foram se formando, vincularam-se ao trabalho escravo e monocultura, dando início a uma primeira relação agroindustrial no território brasileiro, com bases bastante simples, se formos olhar pela perspectiva histórica do presente, na medida em que o engenho compunha-se de uma estrutura complexa, uma fábrica moderna no contexto do absolutismo - reunindo o plantio da cana-de-açúcar e a produção do açúcar nos engenhos. Essas plantações canavieiras sempre ocupavam as terras mais férteis, objetivando obter maiores lucros com o açúcar.

A utilização do trabalho indígena não prosperou, visto que não se adaptaram àquele tipo de trabalho, começando a haver problemas como tentativas de fuga e resistência ao serviço. Constantemente havia conflitos entre colonos e indígenas, com mortes e destruições.

Em 1570, segundo Prado Júnior (1987), foi instituída uma lei legalizando a escravidão indígena, mas limitada aos prisioneiros de guerra. No entanto, o que realmente solucionou o problema da mão-de-obra nos engenhos foi a importação de negros da África para trabalharem como escravos. Esse processo de substituição do escravo indígena pelo escravo negro estendeu-se até 1850, sendo realizado mais intensamente em algumas áreas, como Pernambuco e Bahia, e de maneira menos pronunciada em outras regiões.

Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se, assim, à pequena exploração parcerária realizada diretamente por proprietários ou arrendatários (PRADO JÚNIOR, 1987, p.37).

Segundo Furtado (1961), a produção de açúcar muito provavelmente superava dois milhões de arrobas, no final do século XVI, sendo muito superior à quota de produção que o Governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico. Essa grande renda gerada estava fortemente concentrada nas mãos dos proprietários dos engenhos e apenas uma pequena parte era usada para pagamento dos serviços prestados fora dos engenhos, no transporte e armazenamento, num total de menos de cinco por cento.

Além do açúcar, também se produzia a aguardente e o tabaco, que eram utilizados na compra de escravos africanos.

No entanto, foi a produção do açúcar que dominou a economia brasileira até meados do século XVII, quando passou a sofrer concorrência de outras partes do mundo. Sobre esse período, Furtado (1961) destaca que a etapa máxima de rentabilidade da produção açucareira já havia sido ultrapassada e o volume médio das exportações anuais diminuiu mais de cinquenta por cento.

Esse domínio da “plantation” diminuiu com a descoberta de metais preciosos, o que levou a ocupação do interior do país, inclusive desobedecendo ao Tratado de Tordesilhas. Deslocou-se, portanto, a polaridade da atividade agrícola para a atividade mineira.

O ciclo do ouro se desenvolveu rapidamente nos primeiros decênios do século XVIII. Houve intenso deslocamento de população para as áreas mineiras, inclusive de Portugal, onde pela primeira vez se formou uma grande corrente migratória voluntária para o Brasil.

Embora a base da economia mineira também fosse escravista, Furtado (1961) destaca que sua organização se diferenciava amplamente da economia

açucareira. Os escravos não constituíam a maioria da população que trabalhava na mineração e alguns possuíam liberdade de trabalharem por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que abriu possibilidades de comprar sua liberdade.

A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás. A produção variava de acordo com a região, oscilando periodicamente. No entanto, a renda média dessa atividade, isto é, sua produtividade média, é de difícil mensuração.

De acordo com Furtado (1961), a exportação do ouro chegou a seu ponto máximo em 1760, atingindo cerca de 2,5 milhões de libras. Mas, a queda nas próximas décadas foi considerável, não atingindo um milhão de libras por volta de 1780.

Entre as áreas mineiras espalham-se a policultura de gêneros alimentícios e a pecuária bovina. Na pecuária, além da carne, também era grandemente aproveitado o couro para exportação. Essa atividade se expandiu do sertão nordestino para outras partes do país, principalmente para o Sul, assim que ocorreu o declínio da mineração.

Para Valverde (1985), até meados do século XIX, a pecuária fomentou três zonas principais de criação: o sertão nordestino, o sul de Minas Gerais e o sul do país.

A policultura se expandiu entre os espaços da pecuária e da mineração. Era praticada, geralmente, por posseiros e escravos nos dias de folgas e abastecia a colônia. No entanto, o abastecimento se tornou cada vez mais escasso, na medida

em que ocorreu o aumento populacional, provocando a insuficiência alimentar. O problema foi mais sério no século XVIII, quando os centros urbanos cresceram em importância.

O declínio da mineração do ouro ocorreu em meados do século XVIII, tendo como principal motivo o esgotamento das jazidas. Sendo o ouro de aluvião, resultado de um processo geológico milenar, os depósitos se esgotaram rapidamente. O que restou era suficiente apenas para o sustento individual de pessoas isoladas, situação que perdura até hoje.

Além do ouro exploraram-se também, nesse período, os diamantes. O Brasil se tornou o primeiro grande produtor moderno, monopolizando a produção no século XVIII. A decadência da mineração do diamante ocorreu paralela a do ouro, sendo as causas também semelhantes (PRADO JÚNIOR, 1987).

Com o declínio da mineração, a cana-de-açúcar voltou a ser destaque, mas já sofria a concorrência do açúcar das Antilhas e do açúcar de beterraba produzido na Europa. Assim, houve a necessidade de uma reformulação nos processamentos técnicos, surgindo, então, os engenhos de energia hidráulica.

Com a decadência da cana-de-açúcar o produto que adquiriu cada vez mais importância foi o algodão, difundindo-se por dentro do espaço pecuário, inclusive, servindo como alimento para o gado, no nordeste.

A cultura do algodão alastrou-se grandemente pelo território brasileiro, com maior concentração na região Nordeste. Ao contrário do açúcar, a produção do algodão é relativamente simples, limitando-se à cultura propriamente, à separação do caroço e ao enfardamento.

Nesse renascimento da agricultura também deu-se o cultivo de outros produtos que se destacaram no cenário brasileiro. É o caso do arroz, que chegou a ficar em segundo lugar no quadro das exportações da colônia, conforme Prado Júnior (1987).

Esse desenvolvimento agrícola, no entanto, se deu mais de forma quantitativa do que qualitativa. O progresso técnico na agricultura, nesse período, foi praticamente nulo, conforme demonstra Szmrecsányi (1990).

Sobre esse assunto Prado Júnior (1987, p.88) salienta que a devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maiores esforços de sua parte.

Sendo assim, havia carência total de técnicas de recuperação e conservação de solos. A produção permaneceu graças, unicamente, a grande fertilidade apresentada pelo solo litorâneo, no entanto, o desgaste e a falta de técnicas foram altamente prejudiciais ao solo e a produção.

Porém, o que deu realmente um novo impulso ao setor agrícola foi a cafeicultura que se expandiu rapidamente em direção ao Sudeste, onde se adaptou ao clima.

Prado Júnior (1987) ressalta que o primeiro grande cenário da cafeicultura foi o vale do rio Paraíba, devido às ótimas condições naturais oferecidas e proximidades dos portos. Mas logo a cultura do café se expandiu para outras áreas.

Em termos de organização, a cafeicultura seguiu os padrões tradicionais e clássicos da agricultura do país, baseando-se na grande produção monocultora e utilizando, inicialmente, o trabalho escravo.

Na década de 1820 o café ocupava o terceiro lugar na pauta das exportações do Brasil, ficando atrás apenas do açúcar e do algodão, representando 18% do seu valor total, mas nas décadas seguintes englobou 40%, saltando para o primeiro lugar nas exportações brasileiras (SZMRECSÁNYI, 1990).

As baixas ocorridas nos preços desse produto nas décadas de 1830 e 1840 contribuíram para o aumento da produção, pois com a falta de outras alternativas, os produtores aumentaram a produção para compensarem os preços baixos no mercado externo.

O café chegou a ultrapassar os 70% das exportações brasileiras, segundo Prado Júnior (1987), o que fez o país ser conhecido internacionalmente como o “Brasil do Café”. Segundo esse autor, o café deu origem à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenhos e dos mineradores. Os “senhores do café” se tornaram a elite social brasileira.

Com a abolição da escravatura teve-se o problema de mão-de-obra, que foi sanada, em parte, com a vinda de imigrantes, que já se iniciara antes da abolição. Era necessário manter o padrão da produção, mesmo sem o regime escravocrata.

Assim, o trabalho do imigrante era de fundamental importância, visto que para o negro a liberdade significava, entre inúmeras outras questões, a não

obrigação com o trabalho. Além disso, eram discriminados na sociedade, tendo dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho.

Martins (1996, p.18) ressalta que:

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade.

Sendo assim, numa sociedade moldada sempre na relação entre o senhor e o escravo seria difícil para se conseguir esse tipo de trabalhador, sendo necessário, portanto, buscá-lo fora. Isso gerou uma grande migração de estrangeiros para o Brasil, principalmente entre os anos de 1886 e 1914.

É bom salientar que embora tenham ocorrido alterações no tipo de exploração, sempre predominou o latifúndio.

A extinção do regime de sesmarias, em 1822, aliada a ausência de outra legislação que regulasse a posse da terra, no período entre 1822 e 1850, provocou uma rápida expansão das pequenas explorações, originando pequenas propriedades (SILVA, 1989). No entanto, com o estabelecimento da lei de Terra, em 1850, o domínio do latifúndio ficou mais evidente, pois com essa lei, a terra só passaria a ser de alguém através da compra. O dinheiro arrecadado com a venda da terra financiou a vinda de imigrantes (MOREIRA, 1990).

É evidente que a lei de Terra de 1850 favorecia quem podia comprar a terra, portanto houve um aumento no número de latifúndios.

Moreira (1990) afirma que o pequeno produtor foi extremamente explorado nesse período pela elite rural, se diferenciando as formas de exploração de acordo com cada região.

Nesse período entra em ação o poder dos “coronéis” que consolidou o monopólio fundiário. No nordeste, desde os anos 50 do século XIX, o “regime de morador” substituiu o trabalho escravo. O grande proprietário entregava parcelas da terra à população dominada, em troca de transformá-la em exército cativo de trabalho.

No sul, o Estado iniciou uma política de povoamento com pequenos produtores familiares vindos da Europa. Organizou-se uma policultura, onde cada família recebeu 35 ha em média.

No sudeste, desenvolveu-se o regime de colonato nos cafezais, onde cada colono “recebeu” uma pequena parte da terra para produzir para seu sustento, formando uma combinação monocultura – policultura, com lavouras intercaladas ao café.

O grande desenvolvimento da lavoura cafeeira contribuiu para um novo reajustamento da economia brasileira que, segundo Prado Júnior (1987), havia sido abalada desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e a emancipação política do país, em 1822. O avanço das exportações, principalmente a partir de 1860, criou as condições para que o país iniciasse um melhor aparelhamento técnico, com melhorias nos setores de comunicação e transportes, além de promover a mecanização de indústrias rurais. O desenvolvimento da cafeicultura contribuiu também para melhorar o

relacionamento do Brasil com a Inglaterra, que passou a investir no país, contribuindo para a modernização técnica das bases produtivas.

Porém, observa-se que o desenvolvimento cafeeiro não se deu uniformemente pelas várias regiões brasileiras, conforme descrito anteriormente, nem tão pouco de maneira harmoniosa. O desenvolvimento de uma área significou, na maioria das vezes, o declínio de outras. A expansão se deu com maior ênfase para o oeste paulista, Paraná, Espírito Santo e, em menor volume, para Minas Gerais.

No entanto, o oeste paulista abrangia, segundo Prado Júnior (1987), 60% da produção, graças ao seu solo propício, topografia regular que facilitava o transporte e clima favorável que também contribuiu para a fixação dos europeus.

Porém, conforme Prado Júnior (1987, p. 227):

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi, contudo acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto: a lavagem e decoticação dos grãos. Para isto se empregarão maquinarias e instalações mais aperfeiçoadas. Mas no que diz respeito à cultura propriamente (trato do solo e da planta, seleção de variedades, etc.) ficar-se-á em conjunto onde se estava. E esta será a razão principal do invariável decréscimo da produtividade das culturas, que observamos o mesmo nas regiões de melhores solos e de condições altamente favoráveis.

A única mudança sensível neste período ocorreu nas relações de produção, com a introdução do trabalho livre.

Segundo Guimarães (1981), as exportações de café ultrapassaram a casa de um milhão de sacas em 1833, penetrando cada vez mais nos grandes centros do mundo e, na década de 1860, as exportações superavam três milhões de sacas.

No entanto, a partir do final do século XIX o café passou a enfrentar um problema de superprodução, com a queda acentuada de preços e, conseqüentemente, um volume muito grande de estocagem. Isso levou a economia cafeeira a uma crise maior nas primeiras décadas do século XX.

No mesmo momento que ocorria o auge da cafeicultura no Brasil, outra atividade também teve grande destaque. Tratou-se da extração da borracha, fornecida pela seringueira encontrada no Norte do Brasil.

Prado Júnior (1987, p.236) afirma que a primeira utilização industrial da borracha é devida a Priestley que, em 1770, observou que servia para apagar traços de lápis. Mais tarde foram descobertas as várias outras utilidades desse produto, dando-lhe uma nova projeção econômica.

A partir de 1827, a exportação da borracha ocorreu de maneira considerável, chegando, em 1880, a 7.000 toneladas e, em 1887, a 17.000 toneladas, isso pelo fato de atrair um grande número de trabalhadores, vindos principalmente do Nordeste. No primeiro decênio do século XIX as exportações chegaram a 34.500 toneladas, representando 28% das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1987).

A extração do látex era feita de maneira rudimentar, limitando-se apenas em encontrar a seringueira e praticar a coleta simples e direta, enfrentando as dificuldades oferecidas pela floresta. Apesar disso, a produção cresceu assustadoramente, chegando a 42.000 toneladas em 1912.

Porém, o declínio da produção não tardou a acontecer, diante da concorrência surgida, principalmente do Ceilão e Malásia, de plantações que se originaram de sementes levadas do Brasil pelos ingleses no final do século XVIII.

Essas plantações contavam com um elevado investimento da Inglaterra, usando processos modernos de produção e, conseqüentemente, eliminando as possibilidades de concorrência da rudimentar extração brasileira.

Em 1919, da produção mundial de 423.000 toneladas, 382.000 advinha do Oriente, cabendo ao Brasil apenas 34.000 toneladas (PRADO JÚNIOR, 1987).

Outro produto digno de destaque no cenário brasileiro, principalmente no século XIX, foi o cacau, originário da Amazônia e cultivado principalmente no sul da Bahia. No século XVIII, esse produto já apresentava grande importância para a economia do Amazonas, mas a sua importância se elevou no século XIX graças ao avanço das indústrias de chocolates, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

A primeira exportação oficialmente registrada ocorreu em 1825 para a Inglaterra, consistindo em apenas 26,8 toneladas. A partir das décadas seguintes as exportações aumentaram consideravelmente, atingindo 1.668 toneladas em 1886, 3.502 toneladas em 1890, 6.732 toneladas em 1895, 13.131 toneladas em 1900 (PRADO JÚNIOR, 1987).

Ainda no início do século XX, o cacau brasileiro sofreu concorrência da produção promovida pelos ingleses na Costa do Ouro. Assim como a produção da borracha no oriente, o cacau na colônia inglesa recebeu grande investimento inglês, no intuito de modernizar o processo produtivo, acarretando um grande aumento na produção, eliminando as possibilidades de concorrência brasileira. A produção na Costa do Ouro atingiu 78.574 toneladas já nas primeiras décadas do século XX.

No entanto, a produção brasileira continuou crescendo, porém num ritmo lento, apesar de manter o segundo lugar da produção mundial. Em 1935, a produção brasileira atingiu 100.000 toneladas contra 260.000 toneladas da Costa do Ouro (PRADO JÚNIOR, 1987).

Mas foi o grande avanço da cafeicultura como principal atividade econômica ligada à exportação, na economia brasileira, que atraiu pessoas de vários lugares, contribuindo para aparecimento da indústria.

Em 1930, o Brasil se tornou seguramente o primeiro produtor mundial de café, tendo como principal cliente os Estados Unidos, que absorviam cerca da metade da produção (GRAZIANO NETO, 1985). Porém, já enfrentava a crise da superprodução, desde o início do século XX, conforme já destacado.

A crise mundial de 1929 encontrou a economia brasileira em crise latente e a situação tornou-se insustentável, provocando a desagregação da cafeicultura e, inclusive, a queima de 80 milhões de sacas.

Após 1930 a agricultura brasileira se desorganizou e a oligarquia rural perdeu o poder absoluto que detinha. Iniciou-se a industrialização, baseada no modelo de substituição de importações.

[..]. foi a crise do Capitalismo dos anos 30 que possibilitou um crescimento industrial considerável para suprir um mercado interno de consumo de bens industriais preexistente [...] (LINHARES & SILVA, 1981, p. 37).

Baer (1966) afirma que não houve grandes alterações na industrialização brasileira nesse período. As indústrias que predominavam eram de produtos alimentícios e têxteis.

O deslocamento do eixo dinâmico da economia da agroexportação para a indústria impôs à agricultura sua reformulação, fazendo a acumulação primitiva entrar em nova fase.

Sorj (1986) ressalta que no período que se inicia na década de 1930, de transferência do eixo de acumulação do setor agrícola exportador para o setor industrial, a produção agropecuária continuou a expandir-se, embora a um ritmo menor que a industrial, porém suficiente para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização por substituição de importações.

Do final da década de 1940 ao início da década de 1960 o produto interno do setor agrícola cresceu numa média de 4,7% ao ano, aumentando o produto per capita agrícola. Houve um maior crescimento na década de 1950 (SCHUH, 1970).

As relações de produção no campo alteraram-se; a monocultura passou a ter a função de fornecer divisas para a importação de máquinas e equipamentos para as indústrias e a policultura de fornecer matérias-primas e alimentos.

Embora a estrutura das principais produções agrícolas não tenha sofrido modificações importantes no período de 1930 à década de 1960, houve uma reorganização do espaço produtivo, por meio da maior especialização regional em determinados tipos de produtos e da reorganização da divisão social do trabalho na agricultura em âmbito nacional (SORJ, 1986).

Assim, observou-se a expansão do cultivo de arroz e feijão nas regiões de fronteira e no Nordeste e de produtos de exportação ou produtos para o mercado

interno que exigem maior capitalização ou proximidade de mercado, na região Centro-Sul.

Com o setor industrial em desenvolvimento, intensificou-se a migração rural-urbana, com um rápido crescimento, principalmente na década de 1950, contribuindo para uma maior urbanização. O país estava deixando de ser predominantemente agrícola.

No entanto, a relação que se deu entre o setor agrícola e o industrial, nesse período anterior à modernização, foi bastante simples. O uso de equipamentos e produtos industriais na agricultura era quase insignificante. A agricultura ainda não era dependente da indústria.

Com a implantação de um parque industrial moderno, durante a década de 1950, objetivando, principalmente, acelerar o processo de substituição de importações, foram lançadas as raízes das transformações na estrutura de produção agrícola do país.

Porém, é só a partir da década de 1960 que a agricultura brasileira efetivamente passou por importantes transformações, intensificando o processo de modernização da agricultura para atender a demanda industrial crescente e suprir a necessidade de produzir matéria-prima.

A década de 1960 assistiu ao início de movimentos sociais importantes de luta pela terra em âmbito nacional, como por exemplo, a formação das Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores sem-terras, o que levou o Governo a estabelecer a primeira Lei de Reforma Agrária no país, o Estatuto da Terra de 1964, porém, com pouco ou nenhum progresso (STÉDILLE, 2005).

Assim, a modernização da agricultura assumiu o caráter conservador e excludente, beneficiando principalmente, e mais uma vez na história do país, a elite rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Brasil pode ser analisada de diversas formas. Neste texto o enfoque principal está na economia e na história, utilizadas como instrumento científico de interpretação. Longe de querer esgotar o debate o texto se restringiu em apresentar uma reflexão sobre os fatos históricos para entendermos o desencadeamento dos acontecimentos econômicos do período colonial ao início da modernização da agricultura, na década de 1960.

Um destaque importante e ao mesmo tempo lamentável, neste desfecho do artigo, é reafirmarmos que, no decorrer da história econômica do Brasil, sobressai, no setor agrário, o domínio dos latifúndios, quase sempre monocultores ou improdutivos. Apesar das importantes mudanças que ocorreram na economia do país, a estrutura fundiária continuou altamente concentrada, onde poucos detêm grandes extensões de terras e a maioria não possui nem o mínimo necessário a sobrevivência. As políticas adotadas no país nunca beneficiaram os pequenos produtores e sim a elite dominante.

REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, Alberto P. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos T. **História da Agricultura Brasileira – Combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 35^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHUH, George Edward. **O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil.** Rio de Janeiro: APEC editoras S.A, 1970.

SILVA, José Graziano da. **O que é a Questão Agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária no Brasil – programas de reforma agrária: 1946-2003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985.